ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE PEDROSO

VILA NOVA DE GAIA

ACTA N.º 5

(30 de Junho de 2026)

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE PEDROSO

------- Aos **trinta dias do mês de junho de dois mil e vinte e seis**, pelas **21h00** (vinte e uma horas), reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia de Freguesia de Pedroso, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Pedroso, tendo sido tomadas as seguintes deliberações sobre os pontos constantes da Ordem de Trabalhos: ----------

-------- O Senhor **Presidente da Assembleia de Freguesia** declarou **aberta a sessão**, cumprimentando o Senhor **Presidente da Junta e os restantes membros do Executivo**, as **Senhoras Secretárias da Mesa**, os **Senhores Deputados das diversas bancadas** e **o público presente**.----------

------- Antes de dar início à Ordem de Trabalhos, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu conhecimento das substituições verificadas para a presente sessão. Assim, o Senhor Deputado **Veridiano Ribeiro** foi substituído pelo Senhor Deputado **Miguel Ribeiro**; a Senhora Deputada **Ana Catarina Santos** foi substituída pelo Senhor Deputado **António Luís Pinto Tavares**; o Senhor Deputado **António Henrique Cruz** foi substituído pela Senhora Deputada **Maria Isabel Carvalho de Oliveira Moreira**; e a Senhora Deputada **Susana Braga**, cuja substituição caberia à Senhora Deputada **Sandra Isabel dos Santos Oliveira**, foi, face ao pedido de substituição igualmente apresentado por esta última, representada pelo Senhor Deputado **António Tomás Moreira dos Santos**. Relativamente à representação do **Partido Chega**, o Senhor Presidente informou que a Senhora Deputada **Catarina Guedes** havia solicitado a sua substituição, tendo igualmente sido apresentados pedidos de substituição pelos membros que, sucessivamente, lhe caberiam substituir, Senhor **José Leonel Santos Ferreira** e Senhor **Rodrigo António dos Santos Silva Gomes Martins**, encontrando-se, assim, presente a Senhora Deputada **Célia Regina dos Santos Ribeiro**.---

---

------- Na sequência das substituições verificadas, procedeu-se às respetivas formalidades de tomada de posse dos membros que ainda não haviam exercido funções na Assembleia, tendo estes prestado o compromisso legal de desempenhar com lealdade as funções que lhes eram confiadas.----------

------- Estiveram, assim, presentes os seguintes Deputados: pelo **Partido Socialista**, Manuel Moreira, Paula Martins, Cristina Saraiva, Gonçalo Dias, Zélia Silva, Miguel Ribeiro e Bárbara Silva; pela **Iniciativa Liberal**, Maria Isabel Carvalho de Oliveira Moreira e Luís Filipe Sousa; pelo **PPD/PSD**, Ruben Pinto e António Luís Pinto Tavares; pelo **CDS-PP**, António Tomás Moreira dos Santos; e pelo **Partido Chega**, Célia Regina dos Santos Ribeiro.----------

------- Concluídas as formalidades iniciais, o Senhor **Presidente da Assembleia** deu início à apreciação dos pontos constantes da Ordem de Trabalhos. ----------

1. **Leitura, discussão e votação das atas de 25 e 29 de abril de 2026** ----------

---------- Entrando no **primeiro ponto** da Ordem de Trabalhos**,** o Senhor **Presidente da Assembleia** submeteu à apreciação **a ata da sessão extraordinária realizada em 25 de abril de 2026,** esclarecendo previamente que apenas poderiam participar na respetiva votação os membros da Assembleia que haviam estado presentes naquela sessão. Solicitou a palavra o Senhor Deputado **Luís Filipe Sousa**, da **Iniciativa Liberal**, que propôs que fosse incluída, na parte inicial da referida ata, uma menção ao facto de a **sessão extraordinária de 25 de abril** ter sido convocada na sequência de requerimento apresentado por cinco membros da Assembleia pertencentes às bancadas **da Iniciativa Liberal, do PPD/PSD e do CDS-PP**. Referiu tratar-se apenas de uma referência destinada a completar o enquadramento da realização daquela sessão extraordinária.----------

------- O Senhor Presidente da Assembleia acolheu a observação apresentada, ficando a mesma registada para efeitos de alteração da respetiva ata. Não tendo sido formuladas outras observações, submeteu a ata da sessão de **25 de abril de 2026** à votação.----------

Procedeu-se à votação, tendo a ata sido aprovada por unanimidade dos membros presentes com direito de voto.----------

De seguida, o Senhor Presidente submeteu à apreciação a ata da **sessão ordinária realizada em 29 de abril de 2026**, identificando igualmente os membros habilitados a participar na respetiva votação, por terem estado presentes naquela sessão. ----------

------- Não tendo sido apresentadas observações ou propostas de alteração, a ata foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade dos membros presentes com direito de voto.----------

---

2. **Apreciação da eventual correspondência enviada à Assembleia de Freguesia----------**

---------- Entrando no **Ponto 2 da Ordem de Trabalhos**, relativo à apreciação de eventual correspondência enviada à Assembleia de Freguesia, o Senhor **Presidente da Assembleia** informou não ter sido rececionada pela Mesa qualquer correspondência relevante que devesse ser divulgada ou submetida ao conhecimento dos membros da Assembleia. Não havendo intervenções sobre este ponto, o mesmo foi dado por encerrado.----------

---

3. **Período Antes da Ordem do Dia**;----------

3.1 - Período de Intervenção do Público;----------

---------- Entrando no período destinado à intervenção do público, o Senhor **Presidente da Assembleia** questionou os presentes sobre a existência de inscrições para uso da palavra. Inscreveram-se para intervir o Senhor **Vítor Pereira**, residente nos Carvalhos, o Senhor **Manuel Santos Monteiro**, residente na Rua do Eiteiro, em Jaca, e o Senhor **Jorge Braga**, residente na Senhora do Monte**. ----------**

----------Concluído o período de inscrições, o Senhor **Presidente da Assembleia** informou que cada intervenção disporia de um período **máximo de três minutos**. Mais informou que a sessão se encontrava a ser gravada, tendo alertado os intervenientes para as questões relacionadas com a proteção de dados pessoais, nos termos do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, não tendo sido manifestada qualquer oposição à respetiva gravação. ----------

------- Foi, de seguida, concedida a palavra ao Senhor **Vítor Pereira**, que retomou uma questão suscitada na anterior sessão da Assembleia de Freguesia relativamente à interpretação e ao funcionamento do período de intervenção do público. Referiu que, na sessão anterior, havia ficado com dúvidas quanto aos limites colocados às intervenções dos cidadãos, recordando igualmente que outro interveniente havia sugerido a possibilidade de determinadas questões serem remetidas à Junta de Freguesia por correio eletrónico. ----------

------- Prosseguindo, o Senhor **Vítor Pereira** manifestou o entendimento de que o período de intervenção do público constitui um espaço legalmente previsto de participação dos cidadãos e que, nessa medida, não poderia ser eliminado ou substituído por outro meio de comunicação. Referiu, a este propósito, a Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e a Constituição da República Portuguesa, sustentando que a existência deste período pretende assegurar aos cidadãos a possibilidade de se expressarem e apresentarem livremente as suas opiniões e preocupações perante os órgãos autárquicos. Nesse sentido, solicitou esclarecimento quanto ao entendimento da Mesa relativamente à natureza e finalidade daquele período de intervenção.----------

------- Em resposta, o Senhor **Presidente da Assembleia** esclareceu que nunca havia sido colocada em causa a existência do período de intervenção do público, reiterando que cada cidadão dispõe do tempo regimentalmente definido para apresentar as suas questões. Referiu que as questões colocadas pelos cidadãos têm sido respondidas no momento ou, quando tal não é possível, posteriormente, salientando, contudo, o seu entendimento de que aquele período deve ser utilizado para a apresentação objetiva de questões e assuntos de interesse dos cidadãos e não para intervenções de natureza político-partidária, por se encontrarem presentes na Assembleia os membros eleitos para esse efeito. Acrescentou que a Mesa continuará a observar as disposições legais e regimentais aplicáveis. ----------

------- Usou igualmente da palavra o **Senhor Presidente da Junta**, que referiu não identificar qualquer intenção de substituir ou eliminar aquele período de participação. Esclareceu que o Edital e o funcionamento da sessão **contemplam o período de intervenção do público** nos termos legalmente previstos, devendo as intervenções ser sucintas e direcionadas para questões concretas. Acrescentou que a Junta recebe igualmente, **por correio eletrónico,** diversos pedidos de esclarecimento dos cidadãos, os quais são respondidos, entendendo que ambos os meios se encontram disponíveis, podendo os cidadãos optar por colocar as suas questões presencialmente ou através de comunicação escrita.----------

------- De seguida, foi concedida a palavra ao Senhor **Manuel Santos Monteiro**, que apresentou uma preocupação relacionada com o **estado do pavimento da Rua do Eiteiro, em Jaca**. Referiu que havia sido anteriormente colocada uma camada de alcatrão numa zona da rua, intervenção que, no seu entender, não teria sido corretamente executada e cujo estado se vinha progressivamente a agravar. Acrescentou que, cerca de dois meses antes, a passagem e manobra de um veículo pesado naquela zona teria **provocado um buraco** numa área pavimentada a paralelo, situação que, à data da sessão, se mantinha por reparar. Solicitou, assim, a intervenção das entidades responsáveis.----------

------- Em resposta, o Senhor **Presidente da Junta** informou que as anomalias detetadas nos arruamentos têm vindo a ser comunicadas à Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia, esclarecendo que a intervenção e manutenção da rede viária não se encontra, em regra, na esfera de responsabilidade direta da Junta de Freguesia. Não obstante, referiu que a Junta tem procurado, dentro dos meios humanos e materiais disponíveis, realizar algumas intervenções destinadas a minimizar os problemas identificados, tendo solicitado ao Senhor Tesoureiro, responsável pelo acompanhamento das obras e reparações, que prestasse esclarecimentos adicionais.----------

------- Usou então da palavra **o Senhor Tesoureiro**, que referiu ter conhecimento do estado da **Rua do Eiteiro,** explicando que, numa intervenção realizada em momento anterior, havia sido aplicado asfalto sobre uma zona anteriormente pavimentada a paralelo. Referiu que a intenção do Executivo passa por proceder à regularização daquela entrada da rua, designadamente através da remoção do asfalto existente e da reposição e nivelamento do pavimento em paralelo. Esclareceu ainda que, na ausência de protocolo ou delegação específica, a responsabilidade pelas intervenções na rede viária municipal pertence **à Câmara Municipal**, não obstante a Junta de Freguesia ter vindo a efetuar pontualmente pequenas reparações com meios próprios, procurando minimizar os transtornos para a população. Informou igualmente que o Executivo havia já remetido à Câmara Municipal um levantamento dos arruamentos que, no seu entendimento, careciam de intervenção, acrescentando que seria novamente reforçada a necessidade de atuação na **Rua do Eiteiro**.----------

------- De seguida, foi concedida a palavra ao Senhor **Jorge Braga**, que apresentou um conjunto de questões relacionadas com infraestruturas, mobilidade e segurança na freguesia. Começou por retomar a problemática da **drenagem de águas pluviais**, designadamente nas zonas da **Rua de Fofim e da Rua de Santa Marinha.** Referiu ter sido informado, na sessão anterior, de que as águas pluviais deveriam, em determinadas situações, escoar a céu aberto, esclarecendo que aceitava essa explicação técnica, mas salientando que tal não deveria traduzir-se na formação descontrolada de linhas de água suscetíveis de provocar inundações em arruamentos e propriedades. Questionou, assim, se existe um levantamento das ruas da freguesia que necessitam de intervenção ao nível das águas pluviais e se aquelas vias se encontram nele incluídas.----------

------- Relativamente à **Rua de Jaca**, retomou uma questão já anteriormente apresentada, referindo-se concretamente a um troço de aproximadamente **sessenta metros** compreendido entre os cruzamentos com a **Rua do Eiteiro e a Rua da Bela Vista**. Questionou se havia já sido solicitada, ou se viria a ser solicitada, a regularização daquele troço, atendendo ao seu estado de conservação. ----------

-------Abordou igualmente o traçado dos **Caminhos de Fátima e de Santiago**, questionando se o Executivo considerava que estes percursos poderiam constituir um instrumento de dinamização da economia e do comércio local e se estaria disponível para contactar as entidades responsáveis, propondo que o percurso fosse efetuado pela Rua do Padrão, solução que, no seu entendimento, seria mais segura, mais favorável ao comércio local e mais adequada do ponto de vista histórico.----------

------- O Senhor **Jorge Braga** chamou ainda a atenção para a existência, na **Rotunda do Casal**, de uma tampa metálica que, por apresentar uma superfície muito lisa, considerava constituir um risco para ciclistas e motociclistas, particularmente em situações de piso molhado, questionando se o Executivo tinha conhecimento da situação e se seria solicitada a respetiva correção ou substituição.----------

------- A terminar, felicitou a organização da Festa do Caneco e sugeriu que, em futuras edições, pudesse existir um espaço especificamente destinado a perdidos e achados, bem como à guarda temporária de objetos como **guarda-chuvas ou capacetes. ----------**

------- Em resposta às questões suscitadas, o Senhor **Presidente da Junta** começou por referir que têm sido remetidos à Câmara Municipal diversos pedidos de regularização de arruamentos, quer relativamente a pavimentos em paralelo, quer a pavimentos em asfalto, dando conta de que algumas das situações comunicadas se encontram progressivamente a ser intervencionadas pelas entidades competentes.----------

------- Relativamente aos **Caminhos de Santiago e de Fátima**, esclareceu que, de acordo com a informação de que dispunha, o percurso principal do Caminho de Santiago não atravessaria a zona dos Carvalhos, existindo apenas passagem por uma área da Senhora do Monte, enquanto o Caminho de Fátima atravessa a freguesia. Referiu que a definição do itinerário é da responsabilidade das entidades que gerem e organizam esses percursos, não tendo a Junta de Freguesia sido previamente consultada sobre o traçado adotado. Acrescentou que, numa perspetiva pessoal, poderia compreender as vantagens de um percurso mais interior, designadamente por razões de segurança e de eventual dinamização económica, mas reiterou que a decisão quanto ao respetivo traçado não compete à Junta de Freguesia.----------

------- Quanto **à tampa metálica** existente na Rotunda do Casal, informou que a respetiva substituição já havia sido solicitada à entidade competente, encontrando-se a Junta a aguardar a intervenção.----------

------- Relativamente à **sugestão apresentada para a Festa do Caneco**, esclareceu que a estrutura da Junta de Freguesia existente no recinto já tem vindo a funcionar, na prática, como ponto de encaminhamento de objetos encontrados, sendo posteriormente divulgada ao público informação sobre os mesmos sempre que necessário. ----------

------- Por último, e quanto à questão relativa às águas pluviais, o **Senhor Presidente da Junta** esclareceu que a informação anteriormente transmitida sobre a preferência pelo escoamento a céu aberto não correspondia a uma posição definida pela Junta de Freguesia, mas antes a uma indicação que lhe havia sido transmitida, em conversa, por um responsável da empresa Águas de Gaia.----------

------- Concluídas as intervenções e os esclarecimentos prestados, e não havendo mais cidadãos inscritos para uso da palavra, o Senhor **Presidente da Assembleia** declarou encerrado o período de intervenção do público e deu início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos----------

---

3.2 - Intervenção dos Senhores(as) Membros da Assembleia.----------

-------**Entrando no Ponto 3.2** — Intervenção dos Senhores Membros da Assembleia -, o Senhor **Presidente da Assembleia** questionou quais dos **Senhores Deputados** pretendiam usar da palavra, solicitando que identificassem previamente a natureza das respetivas intervenções, para efeitos de gestão dos tempos regimentais. Inscreveram-se para o efeito a Senhora Deputada **Célia Ribeiro, do CHEGA,** o Senhor Deputado **António Tomás Moreira dos Santos, do CDS-PP**, o Senhor Deputado **Luís Filipe Sousa, da Iniciativa Liberal**, o Senhor Deputado **Rúben Pinto, do PPD/PSD**, a Senhora Deputada **Bárbara Silva, do Partido Socialista**, a Senhora **Deputada Zélia Silva**, **do Partido Socialista**, o Senhor Deputado **Miguel Ribeiro, do Partido Socialista**, e o Senhor Deputado **Gonçalo Riscado, do Partido Socialista**.----------

-------Foi, em primeiro lugar, concedida a palavra à Senhora Deputada **Célia Ribeiro, do CHEGA**, que manifestou a intenção de apresentar **um voto de congratulação à Guarda Nacional Republicana dos Carvalhos**. O Senhor **Presidente da Assembleia** esclareceu que, nos termos regimentais, os votos deveriam ser remetidos à Mesa com a antecedência mínima de vinte e quatro horas, pelo que, não tendo tal sucedido, o mesmo não poderia ser apresentado naquela sessão. A Senhora Deputada prosseguiu, então, a sua intervenção através da formulação de dois pedidos de esclarecimento.----------

------- O primeiro respeitou à **falta de lugares de estacionamento na zona da Senhora do Monte**, com particular **incidência na Rua da Serra**, referindo que a situação afetava os moradores e assumia especial relevância relativamente a cidadãos com mobilidade reduzida, podendo condicionar a sua autonomia. Referiu ter conhecimento da apresentação de algumas alternativas e propostas por moradores junto do Executivo e questionou quais as soluções que estariam a ser estudadas pela Junta de Freguesia para mitigar o problema.----------

------- O segundo pedido de esclarecimento incidiu sobre a **rede de transportes públicos** e, em particular, sobre a localização de algumas paragens na freguesia. A **Senhora Deputada** referiu como exemplo **a Rua das Alheiras**, mencionando situações em que, no seu entendimento, determinadas paragens se encontrariam em locais suscetíveis de gerar problemas de segurança rodoviária, de acessibilidade e de privacidade dos moradores. Questionou, assim, se se encontravam em curso diligências junto dos

operadores de transporte ou da Câmara Municipal com vista à revisão da localização das paragens consideradas problemáticas.----------

---

------- Relativamente às questões suscitadas, o **Senhor Presidente da Junta** viria posteriormente a esclarecer que, quanto à Rua da Serra, não tinha chegado ao Executivo, até àquele momento, qualquer pedido concreto relativo à criação ou sinalização de lugares destinados a pessoas com mobilidade reduzida. Reconheceu, contudo, a existência de uma zona inicial mais estreita, suscetível de criar alguns constrangimentos, salientando a necessidade de serem concretizadas as soluções pretendidas para que o Executivo pudesse avaliar a respetiva viabilidade.----------

------- Quanto às paragens de transportes públicos, informou que a definição da respetiva localização não tinha contado com a intervenção da Junta de Freguesia, referindo que a situação já havia sido sinalizada e que se aguardava atuação da Câmara Municipal relativamente às situações identificadas.----------

---

-------De seguida, usou da palavra o **Senhor Deputado António Tomás Moreira dos Santos, do CDS-PP**, que começou por se pronunciar sobre a matéria relativa à gestão dos bens móveis e imóveis da Freguesia. Recordou que, na anterior sessão da Assembleia, havia sido apresentada uma proposta de recomendação para a elaboração de um regulamento sobre esta matéria, a qual fora rejeitada pela maioria da Assembleia. Referiu que, posteriormente, havia sido solicitado à Mesa que fosse incluído na Ordem de Trabalhos da presente sessão um ponto distinto, destinado à constituição de um grupo de trabalho para estudar e elaborar uma proposta de regulamento relativo à cedência, aluguer e arrendamento dos bens móveis e imóveis da Junta de Freguesia. ----------

------- O **Senhor Deputado** manifestou a sua discordância relativamente à decisão de não inclusão do referido ponto na Ordem de Trabalhos, sustentando que a proposta agora apresentada não correspondia, no seu entendimento, à reapresentação da proposta anteriormente rejeitada, uma vez que se pretendia apenas constituir um grupo de trabalho para estudar a matéria e preparar uma proposta que poderia, posteriormente, ser submetida à apreciação e votação da Assembleia.----------

------- Em resposta, o Senhor **Presidente da Assembleia** esclareceu que a decisão de não incluir o ponto na Ordem de Trabalhos resultou do entendimento de que a iniciativa apresentada pretendia alcançar, ainda que através de um instrumento diferente, uma finalidade substancialmente idêntica à da proposta já apreciada e rejeitada pela Assembleia. Referiu que lhe compete definir os assuntos a incluir na Ordem do Dia, no exercício das competências que lhe estão atribuídas, e que entendia não ser adequado submeter sucessivamente à apreciação da Assembleia matérias que **já haviam sido objeto de discussão e deliberação,** devendo ser respeitadas as decisões anteriormente tomadas.----------

------ Ainda na sua intervenção, o Senhor **Deputado António Tomás Moreira dos Santos** abordou a questão da avaliação de desempenho dos trabalhadores da Junta de Freguesia. Referiu que havia sido

anteriormente solicitada informação sobre o respetivo processo de avaliação, tendo sido invocadas limitações quanto à disponibilização de elementos de natureza individual. Mais referiu que, entretanto, tivera acesso ao relatório de auditoria ao Sistema de Gestão da Qualidade da Junta de Freguesia, do qual, segundo afirmou, resultariam observações relativas ao sistema de avaliação de desempenho e ao cumprimento de determinados procedimentos e prazos.----------

------- Neste âmbito, questionou quais as medidas adotadas para corrigir as situações identificadas na auditoria, quantos trabalhadores poderiam ter sido afetados por avaliações realizadas fora do enquadramento que considerava aplicável e quando poderia ser facultada à Assembleia informação suficiente, ainda que de forma anonimizada, para permitir o exercício das suas competências de acompanhamento e fiscalização. Concluiu defendendo que o exercício da fiscalização deve contribuir para a legalidade, a transparência e a confiança nas instituições.----------

------- Em resposta a esta matéria, **o Senhor Presidente da Junta** referiu que os processos de auditoria e de certificação pressupõem naturalmente a identificação de aspetos suscetíveis de aperfeiçoamento e melhoria. Salientou que, no entendimento do Executivo, a auditoria tinha apresentado um resultado global positivo e que as alterações e melhorias identificadas se encontravam a ser implementadas, não considerando que as mesmas colocassem em causa o funcionamento ou o desempenho global dos serviços da Junta.----------

------- Usou igualmente da palavra o **Senhor Tesoureiro**, que esclareceu que a identificação de não conformidades ou oportunidades de melhoria é própria dos sistemas de gestão da qualidade, salientando que, no caso da Junta de Freguesia, havia sido emitida a respetiva certificação. Relativamente à disponibilização de elementos respeitantes às avaliações individuais dos trabalhadores, chamou a atenção para as limitações decorrentes da proteção de dados pessoais, manifestando, contudo, disponibilidade para prestar aos membros da Assembleia os esclarecimentos que pudessem ser facultados dentro do enquadramento aplicável.----------

------- Tomou, de seguida, a palavra o **Senhor Deputado Luís Filipe Sousa**, da **Iniciativa Liberal**, que retomou o assunto relacionado com a ação judicial intentada pela sociedade Construções Acácio Batista contra a Junta de Freguesia. Referiu que a sua bancada havia solicitado a inclusão desta matéria na Ordem de Trabalhos, tendo a mesma sido recusada, e que, entretanto, existia uma decisão judicial proferida em primeira instância.----------

------- Nesse contexto, solicitou ao Senhor Presidente da Junta esclarecimentos sobre a intenção de interpor recurso, questionando, designadamente, se o mesmo já tinha sido apresentado e, em caso negativo, quando seria tomada essa decisão e quais os aspetos da sentença que poderiam vir a ser objeto de recurso. Esclareceu que as suas questões incidiam especificamente sobre a eventual interposição do recurso e não sobre a reapreciação do mérito global do processo. ----------

------- O Senhor Presidente da Assembleia esclareceu que o assunto não havia sido incluído como ponto autónomo da Ordem do Dia por ter entendido não existir, naquele momento, uma matéria suscetível de deliberação pela Assembleia, acrescentando que havia inclusivamente sido sugerido aos proponentes que os esclarecimentos pretendidos fossem solicitados no Período Antes da Ordem do Dia, como então sucedia.----------

------- Em resposta às questões formuladas, o Senhor Presidente da Junta informou que, quando o processo havia sido anteriormente abordado na Assembleia, não existia ainda decisão judicial, tendo, entretanto, sido proferida sentença em primeira instância desfavorável à Junta de Freguesia. Referiu que os mandatários da Junta se encontravam a analisar a decisão judicial com vista à definição da posição a adotar, incluindo a eventual interposição de recurso. Mais esclareceu que a sentença havia sido recebida em 16 de junho e que o Executivo dispunha ainda de prazo para tomar a respetiva decisão, não se encontrando, naquele momento, definitivamente decidida a apresentação do recurso.----------

------- Na sequência destes esclarecimentos, verificou-se uma troca de intervenções relativamente à informação anteriormente transmitida na Conferência de Líderes sobre o estado do processo e sobre a eventual decisão de recorrer. O Senhor Deputado **Luís Filipe Sousa** esclareceu que a sua intervenção resultava precisamente do entendimento formado naquela reunião de que a decisão de recorrer já estaria tomada, enquanto o Senhor **Presidente da Assembleia** explicou o sentido da informação que havia transmitido. O Senhor **Presidente da Junta** reiterou que o prazo para decisão se encontrava ainda a decorrer. ----------

------- Seguidamente, usou da palavra o Senhor Deputado Rúben Pinto, do PPD/PSD, para se pronunciar sobre a forma como havia decorrido a Conferência de Líderes realizada no dia 23 de junho. Manifestou o seu desagrado relativamente à condução de alguns momentos daquela reunião, designadamente quanto à interrupção de intervenções e à utilização de determinadas expressões, defendendo que o Presidente da Assembleia, no exercício das funções de direção dos trabalhos, deveria manter uma postura de imparcialidade e moderação perante todas as bancadas. ----------

------- O **Senhor Deputado** referiu ainda a questão da transmissão online das sessões da Assembleia, esclarecendo que, no entendimento da sua bancada, a proposta mais recentemente apresentada não correspondia integralmente à anteriormente discutida, existindo circunstâncias que justificavam a sua reapresentação. Concluiu manifestando o desejo de que as futuras reuniões da Conferência de Líderes decorressem num ambiente de maior cordialidade e permitindo a exposição das diferentes posições.-------

------- Em resposta, o **Senhor Presidente da Assembleia** prestou os esclarecimentos que entendeu pertinentes sobre a condução da Conferência de Líderes, reiterando o seu entendimento quanto à finalidade e âmbito daquele órgão e quanto à necessidade de evitar a reapreciação sucessiva de matérias já discutidas e deliberadas. Reconheceu ter utilizado, durante aquela reunião, uma expressão que considerou posteriormente infeliz, esclarecendo não ter tido intenção de desconsiderar ou ofender

qualquer dos presentes e reiterando o pedido de desculpas que já havia formulado relativamente à mesma. Rejeitou, contudo, que a sua atuação tivesse sido determinada por qualquer propósito de parcialidade, salientando que procurava exercer as funções de Presidente da Assembleia de acordo com o Regimento e com as competências que lhe estavam atribuídas.----------

------- Após nova intervenção do Senhor Deputado Rúben Pinto, que reiterou que a sua crítica se prendia essencialmente com a forma como alguns dos debates haviam sido conduzidos, o Senhor Presidente da Assembleia considerou esclarecida a matéria, reiterando a importância do respeito pelas regras de funcionamento da Conferência de Líderes e do relacionamento cordial entre todos os membros da Assembleia.----------

---

------- Concluídos os pedidos de esclarecimento, deu-se início à apresentação dos **votos remetidos** pelos membros da Assembleia.----------

------- Usou da palavra a Senhora **Deputada Bárbara Silva**, do **Partido Socialista**, que apresentou um **Voto de Congratulação ao Agrupamento de Escolas de Carvalhos e ao Colégio Internato dos Carvalhos**, pelas distinções alcançadas na 10.ª Gala Melhor Escola, promovida pelo Jornal Gaiense. Na sua intervenção, destacou a atribuição do Prémio Mais Dedicação – FEDAPAGAIA ao Agrupamento de Escolas de Carvalhos e do Prémio Melhor Grafismo ao Colégio Internato dos Carvalhos, salientando igualmente a participação do Colégio Internato Claret e o contributo das instituições de ensino da freguesia para a valorização da educação e da comunidade local. ***Vide Doc. 1*** ----------

Colocado à votação, o Voto de Congratulação foi ***aprovado por unanimidade***.----------

------- A Senhora **Deputada Bárbara Silva** apresentou ainda um **Voto de Louvor a Telmo Pinto**, pela conquista da Liga dos Campeões de Hóquei em Patins ao serviço do Futebol Clube do Porto, salientando o seu percurso iniciado no Clube de Hóquei dos Carvalhos e a ligação do atleta à freguesia de Pedroso. Considerou que a conquista constituía mais um relevante marco numa carreira de elevado nível e um exemplo para os jovens atletas da freguesia. ***Vide Doc. 2*** ----------

Colocado à votação, o Voto de Louvor foi ***aprovado por unanimidade.*** ----------

---

------- De seguida, usou da palavra a Senhora **Deputada Zélia Silva**, do **Partido Socialista**, que apresentou um Voto de Louvor à Associação Desportiva dos Carvalhos, pela conquista do Campeonato da Divisão de Honra de Andebol e consequente subida à 1.ª Divisão Nacional. Destacou o percurso do clube, assente em três subidas consecutivas, bem como o contributo dos atletas, equipa técnica, dirigentes, sócios e famílias para o crescimento sustentado da modalidade. ***Vide Doc. 3*** ----------

Colocado à votação, o Voto de Congratulação foi ***aprovado por unanimidade***.----------

----------A Senhora **Deputada Zélia Silva** apresentou, ainda, um **Voto de Louvor a Thomas da Fonseca**, pela conquista do título de Campeão Regional Norte de Kickboxing, na categoria de Cadetes -37 kg,

salientando a disciplina, dedicação e trabalho demonstrados pelo jovem atleta e estendendo o reconhecimento à respetiva família, treinadores e clube. ***Vide Doc. 4***----------

Colocado à votação, o Voto de Louvor foi ***aprovado por unanimidade.*** ----------

---

---------- De seguida, usou da palavra o Senhor **Deputado Miguel Ribeiro**, do **Partido Socialista**, que apresentou um **Voto de Louvor ao Futebol Clube de Pedroso pela organização da 3.ª edição da Petrus Football Cup**, realizada nos dias 27 e 28 de junho de 2026, reunindo cerca de quinhentos atletas dos escalões de formação. Destacou a dimensão desportiva e organizativa da iniciativa, bem como o seu contributo para a promoção do desporto juvenil, dos valores de respeito, inclusão, espírito de equipa e fair-play e para a dinamização da comunidade local. ***Vide Doc. 5*** ----------

---------- *Colocado à votação, o Voto de Louvor foi* ***aprovado por unanimidade.*** ----------

------- O Senhor **Deputado Miguel Ribeiro** apresentou, ainda, um **Voto de Louvor à equipa Sub-10A do Futebol Clube de Pedroso**, pela conquista do título de Campeã da AF Porto Juniores E S10 – Promoção A, felicitando os atletas, treinadores, dirigentes e respetivas famílias e salientando o trabalho desenvolvido pelo clube na formação desportiva e pessoal dos jovens. ***Vide Doc. 6***----------

Colocado à votação, o Voto de Louvor foi ***aprovado por unanimidade.*** ----------

---

---------- De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado **Gonçalo Riscado**, do **Partido Socialista**, que apresentou um **Voto de Louvor à Academia Claret, Maria Oliveira e Íris Teixeira**, pela conquista do título de Campeãs Nacionais de Ginástica Acrobática, na categoria de Pares Femininos Sénior – 2.ª Divisão, salientando o trabalho, dedicação e mérito das atletas, treinadores e respetivas famílias. ***Vide Doc. 7***-------

Colocado à votação, o Voto de Louvor foi ***aprovado por unanimidade.*** ----------

------- O Senhor Deputado **Gonçalo Riscado** apresentou, de seguida, um **Voto de Louvor** relativo à participação dos atletas de Pedroso na 40.ª edição dos Jogos Juvenis de Vila Nova de Gaia, destacando os resultados alcançados em oito modalidades, num total de catorze pódios, bem como a conquista de dois Prémios Fair Play. Enalteceu os jovens atletas, respetivas famílias e treinadores, deixando uma referência especial ao trabalho desenvolvido por João Carlos Cardoso ***Vide Doc. 8*** ----------

Colocado à votação, o Voto de Louvor foi ***aprovado por unanimidade.*** ----------

------- Por último, o Senhor Deputado **Gonçalo Riscado** apresentou um **Voto de Louvor a João Coelho**, treinador natural de Pedroso, pela conquista do Bicampeonato Nacional de Voleibol ao serviço do Sporting Clube de Portugal, recordando o seu percurso desportivo iniciado no Colégio Internato dos Carvalhos e considerando a sua carreira motivo de reconhecimento para a freguesia.- ***Vide Doc. 9*** ----------

Colocado à votação, o Voto de Louvor foi ***aprovado por unanimidade.*** ----------

------- Concluída a apresentação dos votos, o **Senhor Presidente da Junta** usou da palavra para manifestar a **concordância do Executivo com as congratulações e louvores apresentados**, considerando que os mesmos evidenciavam o contributo das escolas, associações, clubes, atletas e restante comunidade para o desenvolvimento desportivo, educativo e sociocultural da freguesia. Salientou, em particular, a importância do trabalho de formação desenvolvido pelas instituições locais e da cooperação existente entre escolas, associações, comunidade e autarquia.----------

---

------- Retoma da questão relativa ao processo Construções Acácio Batista----------

------- Após as votações, o Senhor **Deputado Luís Filipe Sousa** voltou a usar da palavra relativamente ao processo judicial da sociedade Construções Acácio Batista, na sequência de uma questão anteriormente colocada pelo Executivo quanto à posição que as bancadas adotariam perante uma futura decisão no processo. Referiu que a **Iniciativa Liberal** se encontrava disponível para colaborar de forma construtiva na procura das soluções que melhor salvaguardassem os interesses da Freguesia, entendendo, contudo, que essa colaboração deveria ocorrer antes de existir uma decisão definitiva, momento em que a margem de atuação seria necessariamente mais reduzida. Mencionou, a título exemplificativo, a possibilidade de se analisarem preventivamente os impactos financeiros de uma eventual confirmação da decisão proferida em primeira instância.----------

------- Em resposta, o **Senhor Presidente da Junta** reiterou que o processo se encontrava ainda em apreciação judicial e que qualquer decisão quanto à estratégia processual seria tomada dentro dos prazos aplicáveis, com o acompanhamento dos **mandatários da Junta**. O **Senhor Tesoureiro** interveio igualmente, apresentando a sua leitura sobre os antecedentes do processo e sobre as implicações financeiras que uma eventual condenação poderia representar para a Freguesia, questionando qual seria, concretamente, a solução defendida pelos membros da oposição perante a decisão proferida em primeira instância. ----------

------- Seguiu-se uma troca de considerações sobre a gestão financeira da Junta, a possibilidade de constituição de provisões e os encargos herdados de exercícios anteriores. As diferentes intervenções evidenciaram posições distintas quanto à forma de enquadrar os antecedentes do processo e quanto ao momento adequado para discutir as opções a tomar, tendo o **Senhor Presidente da Assembleia** procurado encerrar o debate e permitir o prosseguimento dos trabalhos.----------

------- Usou ainda da palavra a **Senhora Deputada Maria Isabel Carvalho de Oliveira Moreira**, da **Iniciativa Liberal**, que apelou a que a discussão se centrasse nas decisões a tomar no presente e na salvaguarda do futuro da freguesia, considerando legítima a preocupação resultante da decisão judicial entretanto conhecida. Em resposta, o Senhor **Presidente da Junta** e o **Senhor Tesoureiro** reiteraram que os antecedentes do processo continuavam, no seu entendimento, a ser relevantes para compreender a situação atual e a posição a adotar pelo Executivo.----------

Concluído o debate, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu por encerrado o Período Antes da Ordem do Dia, passando-se à apreciação dos pontos constantes do Período da Ordem do Dia.----------

---

---

4. Período da Ordem do Dia: ----------

4.1 - **Ratificação de protocolo celebrado entre a Junta de Freguesia de Pedroso e João Pedro Bártolo Oliveira de Barros Correia para apoio à prática da modalidade de basquetebol em cadeira de rodas**;------

------- Entrando no Período da Ordem do Dia, o Senhor **Presidente da Assembleia** declarou aberta a apreciação do **Ponto 4.1**, relativo à ratificação do protocolo celebrado entre a Junta de Freguesia de Pedroso e **João Pedro Bártolo Oliveira de Barros Correia**, destinado à atribuição de apoio financeiro à prática da modalidade de **basquetebol em cadeira de rodas**, questionando os membros da Assembleia sobre a existência de intervenções. (A proposta foi remetida por correio eletrónico).----------

------- Usou da palavra o **Senhor Presidente da Junta**, que explicou tratar-se de um apoio concedido a um atleta da freguesia, praticante de basquetebol em cadeira de rodas e com participação desportiva a nível nacional e internacional, considerando o Executivo importante apoiar a continuidade da sua atividade desportiva e a representação da freguesia. Referiu ainda que o apoio havia sido aprovado por unanimidade em reunião do Executivo e que o protocolo contemplava igualmente a divulgação da imagem da Freguesia de Pedroso no âmbito da atividade desenvolvida pelo atleta.----------

------- Do protocolo submetido à Assembleia resulta a atribuição de um apoio financeiro no montante de **500,00 € (quinhentos euros)**, destinado à **prática de basquetebol em cadeira de rodas**, estabelecendo igualmente obrigações de prestação de informação relativa à execução do apoio e de utilização da imagem gráfica da Freguesia de Pedroso.----------

---

----------De seguida, usou da palavra o **Senhor Deputado Rúben Pinto, do PPD/PSD**, que começou por manifestar a concordância da sua bancada com a atribuição do apoio, salientando o percurso desportivo do atleta e o facto de o mesmo representar Pedroso, o Futebol Clube do Porto e a Seleção Nacional na modalidade de basquetebol adaptado.----------

------- **Não obstante**, solicitou um esclarecimento relativamente ao enquadramento jurídico adotado no protocolo. Referiu que a autorização anteriormente concedida pela Assembleia ao Executivo para atribuição de apoios financeiros se encontrava formulada relativamente a instituições que desenvolvessem atividades de natureza cultural, recreativa ou desportiva, manifestando dúvidas quanto à aplicação desse enquadramento a um apoio atribuído diretamente a uma pessoa singular. Nesse sentido, questionou se, tratando-se de um apoio individual, o protocolo deveria ter sido previamente submetido à discussão e aprovação da Assembleia de Freguesia, em vez de ser apresentado posteriormente para

ratificação. Sublinhou que a questão colocada não traduzia qualquer oposição ao apoio concedido, pretendendo apenas acautelar o respetivo enquadramento formal e jurídico em situações futuras.----------

---

------- Em resposta, o **Senhor Presidente da Junta** reiterou que o Executivo considerou legítima e justificada a atribuição do apoio, atendendo às características particulares da situação e ao mérito desportivo do beneficiário, reconhecendo, contudo, que poderia ser necessário aperfeiçoar futuramente o enquadramento aplicável aos apoios concedidos diretamente a pessoas singulares. Acrescentou que o Executivo tomaria em consideração a observação formulada pelo Senhor Deputado **Rúben Pinto** relativamente a futuros protocolos desta natureza.----------

Não havendo mais intervenções, o Senhor **Presidente da Assembleia** colocou à votação a ratificação do protocolo celebrado entre a Junta de Freguesia de Pedroso e **João Pedro Bártolo Oliveira de Barros Correia.----------**

------- Colocado à votação**, o protocolo foi aprovado por unanimidade.**----------

---

4.2 - Apresentação, discussão e votação da 1.ª revisão do Regulamento MOB+ – Transporte Proximidade;----------

------- Usou da palavra o **Senhor Presidente** da Junta, que esclareceu que a revisão do Regulamento decorria da necessidade de adequar algumas das suas disposições à experiência resultante da utilização do serviço. Referiu, em particular, terem sido identificadas situações envolvendo utentes que, pelas suas condições pessoais, necessitavam do acompanhamento de terceiro durante a deslocação e na ida às entidades ou serviços de destino, designadamente unidades de saúde. Explicou que a alteração pretendia clarificar a responsabilidade pelo acompanhamento desses utentes, evitando que recaíssem sobre o motorista ou sobre os trabalhadores da Junta responsabilidades que ultrapassassem as funções associadas ao serviço de transporte. Salientou tratar-se essencialmente de uma adequação do Regulamento às situações concretas que, entretanto, haviam surgido no funcionamento do projeto.--------

---

------- Usou de seguida da palavra o **Senhor Deputado António Tomás Moreira dos Santos, do CDS-PP,** que, a propósito da revisão agora apresentada, salientou a importância da existência de regulamentos como instrumentos de organização, transparência, definição de responsabilidades e igualdade de tratamento. Estabeleceu, nesse contexto, uma relação com a posição anteriormente defendida pela sua bancada relativamente à regulamentação da **gestão dos bens móveis** e **imóveis da Freguesia**, reiterando a utilidade que, no seu entendimento, instrumentos desta natureza assumem na gestão autárquica.--------

---

-------Em resposta, o **Senhor Presidente da Junta** referiu que a alteração ao **Regulamento MOB+** resultava precisamente da necessidade sentida durante a sua aplicação prática, tendo sido identificada uma situação que importava clarificar para salvaguardar os utentes e os trabalhadores afetos ao serviço. Reiterou que, sempre que a experiência demonstrasse a necessidade de introduzir ajustamentos, o Executivo procuraria adaptar os instrumentos regulamentares existentes.----------

---

------- De seguida, usou da palavra a **Senhora Deputada Célia Ribeiro, do CHEGA**, que chamou a atenção para algumas disposições do Regulamento relacionadas com os destinatários do serviço. Referiu que o documento estabelece como destinatários prioritários, entre outros, cidadãos com mobilidade reduzida ou com deficiência ou incapacidade igual ou superior a sessenta por cento, mas que, simultaneamente, exclui a utilização do serviço por pessoas que necessitem de cadeira de rodas, andarilho ou outros equipamentos similares, em virtude de a **viatura não reunir condições adequadas para o respetivo transporte.** ----------

------- A **Senhora Deputada** considerou que precisamente algumas das pessoas com maiores limitações de mobilidade poderão ser aquelas que mais necessitam de um serviço desta natureza, questionando, por isso, se o Executivo equacionava a adaptação da viatura ou a adoção de outra solução que permitisse, futuramente, abranger estes cidadãos.----------

---

------- Em resposta, o **Senhor Presidente da Junta** esclareceu que o Executivo tinha consciência das limitações da viatura atualmente **afeta ao projeto MOB+** e que procurava, dentro das condições existentes, dar resposta às solicitações apresentadas pela população. Referiu, contudo, que o transporte de pessoas com determinadas limitações de mobilidade exige condições específicas, não apenas ao nível da adaptação da viatura, mas também quanto à qualificação e preparação do pessoal que assegura o transporte e o acompanhamento dos utentes. Acrescentou que determinadas situações exigem meios **técnicos e humanos que a Junta de Freguesia não possui**, designadamente quando se torna necessário assegurar apoio especializado ao utente, sendo esse **tipo de transporte habitualmente prestado por entidades devidamente preparadas, nomeadamente os Bombeiros.** Referiu ainda existirem na freguesia instituições capazes de prestar respostas complementares às disponibilizadas pelo projeto MOB+.----------

---

------- Não havendo mais pedidos de intervenção, o Senhor Presidente da Assembleia colocou a 1.ª revisão do Regulamento MOB+ – Transporte de Proximidade à votação.----------

-------Num primeiro momento, o **Senhor Presidente** anunciou a aprovação por unanimidade. Contudo, a Senhora **Deputada Célia Ribeiro alertou** que havia levantado a mão para votar contra, circunstância que não havia sido percecionada pela Mesa. O **Senhor Presidente reconheceu de imediato o lapso** e determinou a reformulação do resultado da votação. ----------

------- Assim, colocada à votação, a 1.ª revisão do Regulamento MOB+ – Transporte de Proximidade foi **aprovada por maioria,** com **doze votos a favor** e **um voto contra** da **Senhora Deputada Célia Ribeiro, do CHEGA**. ----------

---

4.3 - **Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Junta, acerca da atividade da Junta de Freguesia, bem como da situação financeira**.----------

------- O Senhor **Presidente da Assembleia** concedeu a palavra ao **Senhor Presidente da Junta** para apresentação da informação escrita relativa à atividade desenvolvida pelo Executivo desde a anterior sessão ordinária da Assembleia, bem como à situação financeira da Freguesia.----------

---

------- Usou da palavra o **Senhor Presidente da Junta**, que efetuou uma síntese das principais atividades e iniciativas desenvolvidas nos últimos meses, começando pelas áreas das obras, rede viária e equipamentos públicos. Destacou a continuação da construção do novo Centro de Saúde de Pedroso, a aprovação da requalificação integral da Escola Básica Padre António Luís Moreira, a continuação dos trabalhos de construção de novos ossários no Cemitério Ampliado de Pedroso, diversas intervenções de reparação e manutenção nos cemitérios e arruamentos e a atribuição do nome **do Dr. Celso Costa** a um novo arruamento de acesso ao **futuro Centro de Saúde**. Referiu igualmente a r**ealização de trabalhos na Praceta de Borreles** e a **continuidade do projeto destinado à criação do Jardim da Freguesia**, em parceria com a **Associação Musical de Pedroso**.----------

------- No domínio do desporto, tempos livres e juventude, deu conta, entre outras iniciativas, da **participação nos Jogos Juvenis de Gaia 2026**, do acompanhamento de eventos desportivos promovidos pelas coletividades da Freguesia, do início de mais uma edição do **Torneio das Velhas Guardas**, da abertura das inscrições para o **Passeio Sénior** e da preparação da **Colónia Balnear Infantil**, **Juvenil e Sénior.** Na área da ação social e da saúde, destacou a continuidade dos programas Pedroso Apoio Solidário, Posto de Enfermagem de Pedroso, MOB+ – Transporte de Proximidade, "*Um Bebé… Um Futuro!*", Cartão Sénior de Pedroso e das aulas gratuitas de Yoga e Pilates Clínico. Referiu ainda a participação em reuniões do Conselho Local de Ação Social, a colaboração com a Unidade de Saúde Familiar Monte Murado para a criação de uma Comissão de Utentes, a celebração de protocolo com a Associação Nacional de Esclerose Múltipla, a participação num seminário dedicado ao Estatuto do Cuidador Informal e ao regime do Maior Acompanhado e o trabalho desenvolvido com as Águas de Gaia relativamente à recolha porta a porta de monos e resíduos volumosos. ----------

------- Quanto às áreas da cultura, associativismo e educação, o **Senhor Presidente** destacou, designadamente, a realização **da Festa do Caneco**, a participação nas **Marchas de São João**, as iniciativas de **homenagem aos antigos combatentes**, a realização e participação em diversos eventos culturais e associativos, o desenvolvimento do projeto "***A Escola vai à Junta***", as atividades da Academia Sénior de

Pedroso, a presença em iniciativas das escolas da Freguesia e a celebração de um protocolo com o Departamento de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Referiu ainda a realização de uma reunião com a Direção Municipal de Habitação da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia com vista à identificação de locais suscetíveis de acolher futuros projetos de habitação.----------

------- Concluída a apresentação, o Senhor **Presidente da Assembleia** abriu o período de intervenções dos membros da Assembleia. ----------

---

------- Usou da palavra a **Senhora Deputada Maria Isabel Carvalho de Oliveira Moreira**, da Iniciativa Liberal, que solicitou esclarecimentos adicionais relativamente a duas matérias constantes da informação apresentada. A primeira respeitou à participação da Junta no seminário sobre o **Estatuto do Cuidador Informal e o regime do Maior Acompanhado**, pretendendo saber em que consistira a iniciativa, qual o eventual impacto para a população da Freguesia e se estavam previstas ações de divulgação ou apoio relacionadas com essas matérias. A segunda questão incidiu sobre a **delegação de competências da Câmara Municipal na Junta de Freguesia**, solicitando informação quanto às competências abrangidas, à forma da respetiva implementação e ao seu impacto na atividade da Junta.----------

---

------- Em resposta à primeira questão, usou da palavra a **Senhora Vogal Carla Ferreira**, que esclareceu que a participação da Junta no seminário teve essencialmente uma **finalidade informativa e de aquisição de conhecimentos**, atendendo a que a intervenção direta da Junta nas matérias relacionadas com o regime do Maior Acompanhado é limitada. Referiu que a **atuação da autarquia** poderá assumir maior relevância no **domínio da ação social**, designadamente através da identificação de situações de vulnerabilidade, encaminhamento e colaboração com as entidades competentes, não lhe cabendo, porém, intervir na vertente jurisdicional dos processos de acompanhamento. Relativamente ao **Estatuto do Cuidador Informal,** acrescentou que a Junta procurará acompanhar a evolução desta matéria e, no âmbito das suas competências de ação social, colaborar na divulgação de informação, **identificação das necessidades existentes na Freguesia** e encaminhamento dos cuidadores e das pessoas cuidadas para as respostas disponíveis.----------

---

------- O **Senhor Presidente da Junta** complementou o esclarecimento, referindo que a colaboração solicitada às Juntas passa também pela identificação e comunicação de situações de pessoas que apresentem especiais dificuldades ou necessidades de acompanhamento, permitindo às entidades competentes atuar com base na informação recolhida localmente.----------

-------Quanto à delegação de competências, o **Senhor Presidente da Junta** esclareceu que a mesma havia sido aprovada pela Câmara Municipal em **26 de maio** e posteriormente pela **Assembleia Municipal em 29 de maio**, tendo o respetivo documento sido assinado pela **Junta em 6 de junho**. Salientou que, apesar de

já ter sido publicamente divulgado o montante associado ao acordo, a Junta não tinha recebido, à data em que essa informação começou a circular, a **totalidade da verba anunciada**, devendo distinguir-se a aprovação da transferência da sua efetiva disponibilização.----------

---

------- Usou igualmente da palavra o **Senhor Tesoureiro**, que explicou que o montante previsto na delegação de competências seria disponibilizado através de pagamentos periódicos, destinando-se integralmente a despesas correntes associadas às competências delegadas, designadamente limpeza dos arruamentos, manutenção de espaços verdes e jardins, pequenas intervenções em estabelecimentos escolares e manutenção de mobiliário urbano.----------

-------A propósito da manutenção e limpeza dos espaços públicos, **o Senhor Tesoureiro** referiu ainda as dificuldades existentes na disponibilidade de meios humanos, dando como exemplo um procedimento de recrutamento de cantoneiro que terminou sem qualquer candidatura. Mencionou igualmente os constrangimentos comunicados pelas entidades responsáveis pela limpeza urbana e manutenção dos espaços exteriores, considerando tratar-se de uma dificuldade transversal a diferentes freguesias.----------

---

------- Foi, de seguida, solicitado esclarecimento relativamente à situação financeira constante do relatório, em particular quanto ao aumento da dívida a fornecedores em **aproximadamente quatro mil euros no último trimestre.** Foi questionado se esse aumento estaria relacionado com a atividade cultural e festiva desenvolvida nos meses de **maio e junho,** designadamente com a **Festa do Caneco**, a participação nas **Marchas de São João** e outros apoios concedidos, tendo sido sugerido que os encargos associados às diferentes iniciativas fossem futuramente apresentados de forma mais discriminada.----------

---

-------Em resposta, o **Senhor Presidente da Junta** esclareceu que o valor inscrito na dívida a fornecedores correspondia à situação financeira numa determinada data e refletia a normal execução da atividade da Junta e o momento dos respetivos pagamentos e recebimentos, não podendo ser diretamente associado a uma iniciativa específica. Referiu ainda que as despesas individualizadas relativas às diferentes atividades seriam posteriormente refletidas nos documentos de prestação de contas.----------

---

------- O **Senhor Tesoureiro** acrescentou que a **Festa do Caneco** é a principal festividade diretamente organizada pela Junta de Freguesia e que a mesma apresenta um **modelo financeiramente sustentável**, sendo os respetivos valores detalhados no Relatório e Contas anual. Salientou ainda que a análise da situação financeira não deveria atender apenas à evolução pontual da dívida a fornecedores, mas ao conjunto dos indicadores financeiros e das disponibilidades existentes.----------

---

------- Usou, de seguida, da palavra o **Senhor Deputado António Luís Tavares, do PPD/PSD,** que começou por **assinalar positivamente o trabalho desenvolvido no âmbito da recolha de monos e resíduos volumosos e a articulação existente entre os projetos "Pedroso Limpo" e "Gaia Limpa".** Referindo-se à reunião de trabalho mencionada na informação trimestral, questionou se haviam sido definidas novas medidas de sensibilização ou intervenção destinadas a reduzir a reincidência da deposição indevida de resíduos em determinadas zonas da Freguesia.----------

---

------- Em resposta, o **Senhor Presidente da Junta** informou que haviam sido identificadas zonas com maior incidência deste tipo de ocorrências, tendo sido adotadas medidas de sensibilização, entre as quais a colocação de lonas informativas com indicação dos contactos disponíveis para solicitar a recolha. ---------

---

------- Seguidamente, interveio o **Senhor Deputado Rúben Pinto, do PPD/PSD**, que manifestou satisfação pelo facto de voltar a constar da informação trimestral a referência ao projeto de **construção do Jardim da Freguesia,** em **parceria com a Associação Musical de Pedroso**, questionando se existiam novos desenvolvimentos relativamente à respetiva concretização. Solicitou ainda **esclarecimentos sobre a reunião realizada com a Direção Municipal de Habitação da Câmara Municipal**, nomeadamente quanto à possibilidade de construção de habitação a custos controlados na Freguesia e à eventual identificação de terrenos públicos ou privados com essa finalidade.----------

---

------- Em resposta, o **Senhor Presidente da Junta** informou que, quanto ao **Jardim da Freguesia**, não se haviam registado desenvolvimentos significativos desde a última informação, mantendo-se, contudo, a intenção do Executivo de concretizar o projeto. ----------

------- Relativamente à **reunião com a Direção Municipal de Habitação**, referiu que a mesma teve por objetivo identificar espaços suscetíveis de acolher projetos de habitação, quer em terrenos públicos quer, eventualmente, em terrenos privados que pudessem vir a ser disponibilizados para esse efeito. Informou que a Junta indicou diversos locais da Freguesia considerados suscetíveis de análise, tendo os serviços municipais ficado de avaliar a respetiva viabilidade. Acrescentou que foram igualmente identificados terrenos ligados à Paróquia, tendo os responsáveis municipais diligenciado no sentido de obter informação sobre a sua eventual disponibilidade. ----------

------- O **Senhor Presidente** referiu ainda que havia sido sinalizado um terreno anteriormente pertencente **à Junta na zona dos Pinhais** e, entretanto, transferido para **a Câmara Municipal**, entre outros espaços considerados passíveis de estudo, reiterando que a definição dos locais e concretização das futuras operações habitacionais competirá ao Município----------

---

------- De seguida, usou da palavra o **Senhor Deputado António Tomás Moreira dos Santos, do CDS-PP**, que solicitou esclarecimentos relativamente a um edifício habitacional existente na zona do antigo Wilson, questionando se o mesmo se destinava a habitação a custos controlados e se a Junta de Freguesia tinha qualquer intervenção na respetiva gestão ou atribuição. ----------

---

------- Em resposta, o **Senhor Presidente da Junta** esclareceu tratar-se de um projeto municipal de **renda acessível**, sujeito a condições e parâmetros próprios de acesso, não tendo a Junta de Freguesia competência na respetiva gestão ou atribuição. Referiu, contudo, ter conhecimento das preocupações manifestadas por alguns moradores das zonas envolventes, reiterando que o processo se encontra na esfera de competência da Câmara Municipal. ----------

---

-------- Por último, usou da palavra o Senhor Deputado **Gonçalo Riscado**, do **Partido Socialista**, que efetuou uma **apreciação global da informação escrita apresentada pelo Senhor Presidente da Junta**. Na sua intervenção, destacou o andamento das obras estruturantes da Freguesia, designadamente o novo Centro de Saúde e a requalificação da Escola Básica Padre António Luís Moreira, bem como as intervenções nos espaços públicos e cemitérios. ----------

-------Destacou igualmente a continuidade das respostas sociais de proximidade, as iniciativas desenvolvidas nas áreas do desporto, cultura, educação e associativismo e a celebração do protocolo de delegação de competências com a **Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia**. Relativamente à situação financeira, manifestou uma apreciação positiva dos elementos apresentados, considerando que os mesmos evidenciavam uma gestão equilibrada dos recursos da Freguesia. Concluiu manifestando, em nome da bancada do Partido Socialista, uma apreciação globalmente positiva da atividade desenvolvida pelo Executivo no período em análise. ----------

---

------- Não havendo mais pedidos de intervenção, o **Senhor Presidente da Assembleia** deu por concluída a apreciação da **informação escrita** relativa à atividade da Junta de Freguesia e à respetiva situação financeira. ----------

---

Encerramento da Sessão----------

------- Concluída a apreciação dos pontos constantes da Ordem de Trabalhos, a Primeira Secretária procedeu à leitura da minuta da acta da presente sessão.----------

-------Após a respetiva leitura, o **Senhor Presidente da Assembleia** questionou os membros presentes sobre a existência de observações ou propostas de alteração. Foi recordada a retificação anteriormente apresentada relativamente **à acta da sessão de 25 de abril de 2026**, tendo a mesma ficado devidamente registada. ----------

Não havendo outras observações, a minuta da acta foi colocada à votação, tendo sido **aprovada por unanimidade**. ----------

---

Nada mais, havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia de Pedroso** deu a sessão por encerrada, **pelas 00:21 (meia-noite e vinte e um) e** do dia **1 de Julho de 2026**, da qual se lavrou a presente minuta de ata que, depois de lida e colocada à discussão, foi aprovada por unanimidade e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e pela Primeira Secretária.----------

---

Primeira Secretária

Paula R Martins

Digitally signed by Paula R Martins
Date: 2026.09.19 20:02:17 +01'00'

_____

Presidente da Assembleia de Freguesia

Assinado por: **Manuel Maria Paiva Moreira**
Num. de Identificação: 10546919
Data: 2026.09.20 19:17:10+01'00'

_____

CHAVE MÓVEL

PARTIDO SOCIALISTA
PEDROSO

Voto de Congratulação

Senhor Presidente da Mesa e Senhoras Secretárias,
Senhor Presidente da Junta e Membros do Executivo,
Senhoras e Senhores Deputados,
Minhas senhoras e meus senhores,

A bancada do Partido Socialista apresenta este Voto de Congratulação ao Agrupamento de Escolas de Carvalhos e ao Colégio Internato dos Carvalhos (CIC) pelas distinções alcançadas na 10.ª Gala Melhor Escola, promovida pelo Jornal Gaiense.

Esta edição contou igualmente com a participação do Colégio Internato Claret, demonstrando, uma vez mais, a forte presença e o dinamismo das instituições de ensino sediadas na nossa freguesia.

O Agrupamento de Escolas de Carvalhos foi distinguido com o Prémio Mais Dedicação – FEDAPAGAIA, reconhecendo o trabalho desenvolvido em prol da educação, da formação e do sucesso dos seus alunos, refletindo o empenho de toda a comunidade educativa.

Por sua vez, o Colégio Internato dos Carvalhos (CIC) foi distinguido com o Prémio Melhor Grafismo, reconhecimento que valoriza a qualidade e a criatividade dos seus estudantes.

São distinções que honram as instituições premiadas, mas que também prestigiam Pedroso, evidenciando a qualidade do ensino, o empenho das comunidades educativas e a excelência que diariamente se constrói no nosso território.

Assim, a bancada do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia de Pedroso propõe a aprovação de um Voto de Congratulação ao Agrupamento de Escolas de Carvalhos e ao Colégio Internato dos Carvalhos, felicitando os seus órgãos de gestão, docentes, funcionários, alunos e toda a comunidade educativa pelas distinções alcançadas, sem deixar de reconhecer a participação e o contributo do Colégio Internato Claret para a afirmação educativa da nossa freguesia.

Pedroso, 30 de junho de 2026

Pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista,

_____

Se aprovado, remeter a:

- Agrupamento de Escolas de Carvalhos;
- Colégio Internato dos Carvalhos (CIC);
- Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia;
- Órgãos de comunicação social local e regional.

PARTIDO SOCIALISTA
PEDROSO

Voto de Louvor

Senhor Presidente da Mesa e Senhoras Secretárias,
Senhor Presidente da Junta e Membros do Executivo,
Senhoras e Senhores Deputados,
Minhas senhoras e meus senhores,

Ao longo dos anos, Telmo Pinto tem construído um percurso desportivo de elevado nível, afirmando-se como uma das referências nacionais do hóquei em patins e levando mais longe o nome da nossa terra.

A mais recente conquista da Liga dos Campeões de Hóquei em Patins, ao serviço do Futebol Clube do Porto, representa mais um marco numa carreira marcada pelo talento, pela dedicação e pelo sucesso ao mais alto nível da modalidade.

Embora tenha nascido na Suíça, foi no Clube de Hóquei de Carvalhos (C.H.C.) que iniciou o seu percurso desportivo. Ligado a Gondinhães, onde a sua família reside, Telmo Pinto continua a representar um exemplo do trabalho desenvolvido pelos clubes da nossa freguesia e da capacidade de formar atletas de excelência.

Mais do que um título europeu, esta conquista reafirma um percurso que tem sido construído com esforço, profissionalismo e ambição, constituindo um motivo de orgulho para Pedroso.

Assim, a bancada do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia de Pedroso propõe a aprovação de um Voto de Louvor a Telmo Pinto pela conquista da Liga dos Campeões de Hóquei em Patins, felicitando-o por mais este relevante feito desportivo e reconhecendo o exemplo que o seu percurso representa para os jovens atletas da nossa freguesia.

Pedroso, 30 de junho de 2026

Pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista,

_____

Se aprovado, remeter a:

- Telmo Pinto;
- Clube de Hóquei de Carvalhos (C.H.C.);
- Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia;
- Imprensa local e regional.

PARTIDO SOCIALISTA
PEDROSO

Voto de Louvor

Senhor Presidente da Mesa e Senhoras Secretárias,
Senhor Presidente da Junta e Membros do Executivo,
Senhoras e Senhores Deputados,
Minhas senhoras e meus senhores,

Subir uma divisão já é um feito assinalável. Alcançar três subidas consecutivas em apenas três épocas é a demonstração inequívoca de um projeto sólido ambicioso e construído com trabalho e dedicação,

Foi precisamente esse percurso que a Associação Desportiva dos Carvalhos concretizou ao sagrar-se Campeã da Divisão de Honra de Andebol, garantindo a subida à 1.ª Divisão Nacional e alcançando o mais elevado patamar do andebol português.

Desde o arranque deste projeto, em 2021, o clube tem vindo a afirmar-se através de resultados desportivos de excelência, demonstrando que a ambição, quando acompanhada de competência e compromisso, pode transformar objetivos em conquistas.

Este título é o reconhecimento do esforço de atletas, equipa técnica, dirigentes, sócios, famílias e de todos aqueles que acreditaram no crescimento sustentado da modalidade e do clube.

A conquista agora alcançada ultrapassa a dimensão desportiva. É também motivo de orgulho para Pedroso, projetando o nome da nossa freguesia no panorama nacional e demonstrando a vitalidade do seu movimento associativo e desportivo.

Assim, a bancada do Partido Socialista propõe a aprovação de um Voto de Louvor à Associação Desportiva dos Carvalhos pela conquista do Campeonato da Divisão de Honra de Andebol e pela consequente subida à 1.ª Divisão Nacional, felicitando todos quantos contribuíram para este percurso de sucesso e desejando os maiores êxitos para os desafios que se seguem.

Pedroso, 30 de junho de 2026

Pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista,

Se aprovado, remeter a:

- Associação Desportiva dos Carvalhos;
- Associação de Andebol do Porto;
- Federação de Andebol de Portugal;
- Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia;
- Imprensa local e regional.

PARTIDO SOCIALISTA
PEDROSO

Voto de Louvor

Senhor Presidente da Mesa e Senhoras Secretárias,
Senhor Presidente da Junta e Membros do Executivo,
Senhoras e Senhores Deputados,
Minhas senhoras e meus senhores,

O desporto continua a revelar o talento e a dedicação dos jovens da nossa freguesia.

É nesse sentido que a bancada do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia de Pedroso apresenta este Voto de Louvor a Thomas da Fonseca, que se sagrou Campeão Regional Norte de Kickboxing, na categoria Cadetes -37 kg.

Esta conquista é o resultado de muita disciplina e trabalho, refletindo qualidades que merecem ser reconhecidas e valorizadas, sobretudo numa idade tão jovem.

Ao alcançar este importante título, Thomas da Fonseca leva mais longe o nome de Pedroso e afirma-se como um exemplo de determinação e perseverança para outros jovens atletas da nossa comunidade.

A bancada do Partido Socialista felicita Thomas da Fonseca por esta conquista, estendendo igualmente uma palavra de reconhecimento à sua família, treinadores, clube e a todos aqueles que o acompanham no seu percurso desportivo, desejando-lhe os maiores sucessos para o futuro.

Pedroso, 30 de junho de 2026

Pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista,

_____

Se aprovado, remeter a:

- Thomas da Fonseca;
- Pais de Thomas da Fonseca;
- Academia de Combate Gaia;
- Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia;
- Imprensa local e regional.

PARTIDO SOCIALISTA
PEDROSO

Voto de Louvor

Senhor Presidente da Mesa e Senhoras Secretárias,
Senhor Presidente da Junta e Membros do Executivo,
Senhoras e Senhores Deputados,
Minhas senhoras e meus senhores,

A realização da 3.ª edição da Petrus Football Cup, organizada pelo Futebol Clube de Pedroso nos dias 27 e 28 de junho de 2026, constituiu um assinalável sucesso desportivo e organizativo, reunindo cerca de 500 atletas dos escalões de Sub-7, Sub-8, Sub-9, Sub-10 e Sub-11, em representação de diversos clubes.

Esta iniciativa promoveu a prática desportiva junto dos mais jovens, fomentando valores fundamentais como o respeito, o espírito de equipa, a disciplina, a inclusão e o fair-play, proporcionando simultaneamente momentos de saudável convívio entre atletas, famílias, dirigentes e toda a comunidade.

Importa ainda assinalar o contributo da Junta de Freguesia de Pedroso, principal parceira deste evento, cujo apoio institucional contribuiu para o sucesso de uma iniciativa que dignifica o associativismo local e valoriza a nossa freguesia.

A Petrus Football Cup contribuiu para a projeção de Pedroso e para o reforço da importância do desporto de formação no desenvolvimento social e humano das novas gerações.

É, por isso, de inteira justiça reconhecer e enaltecer o empenho, a dedicação e a capacidade organizativa do Futebol Clube de Pedroso, dos seus dirigentes, treinadores, atletas, voluntários e demais colaboradores, que tornaram possível o sucesso desta terceira edição.

Assim, a Assembleia de Freguesia de Pedroso, reunida em sessão ordinária de 30 de junho de 2026, delibera aprovar o presente Voto de Louvor ao Futebol Clube de Pedroso, pelo mérito demonstrado na organização da 3.ª edição da Petrus Football Cup, expressando o seu reconhecimento pelo relevante contributo prestado à promoção do desporto juvenil e à dinamização da comunidade local.

Pedroso, 30 de junho de 2026

Pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista,

_____

Classification: Confidential

Se aprovado, remeter a:

- Futebol Clube Pedroso;
- Associação de Futebol do Porto
- Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia;
- Órgãos de comunicação social local e regional.

PARTIDO SOCIALISTA
PEDROSO

Voto de Louvor

Senhor Presidente da Mesa e Senhoras Secretárias,
Senhor Presidente da Junta e Membros do Executivo,
Senhoras e Senhores Deputados,
Minhas senhoras e meus senhores,

Nas vitórias do desporto de formação há sempre algo que vai muito além dos resultados. Há aprendizagem, companheirismo, crescimento e valores que acompanham os jovens para toda a vida.

Foi nesse espírito que a equipa Sub-10A do Futebol Clube de Pedroso conquistou o título de Campeã da AF Porto Juniores E S10 – Promoção A, alcançando um resultado que merece o reconhecimento de toda a comunidade.

Ao longo da época, estes jovens atletas demonstraram dedicação e espírito de equipa, representando o clube e a freguesia com entusiasmo e orgulho.

Esta conquista é igualmente fruto do trabalho desenvolvido pela equipa técnica, dos dirigentes e do apoio permanente das famílias, cujo acompanhamento é fundamental no percurso desportivo e pessoal destes jovens.

Mais do que um título, este sucesso representa o resultado de um projeto de formação que continua a contribuir para o desenvolvimento de crianças e jovens através do desporto.

Assim, a bancada do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia de Pedroso propõe a aprovação de um Voto de Louvor ao Futebol Clube de Pedroso, na pessoa da sua equipa Sub-10A, felicitando atletas, treinadores, dirigentes e famílias pela conquista alcançada e desejando a continuação dos maiores sucessos desportivos e pessoais.

Pedroso, 30 de junho de 2026

Pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista,

_____

Se aprovado, remeter a:

- Futebol Clube de Pedroso;
- Coordenação da formação do Futebol Clube de Pedroso;
- Associação de Futebol do Porto;
- Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia;
- Imprensa local e regional.

PARTIDO SOCIALISTA
PEDROSO

Voto de Louvor

Senhor Presidente da Mesa e Senhoras Secretárias,
Senhor Presidente da Junta e Membros do Executivo,
Senhoras e Senhores Deputados,
Minhas senhoras e meus senhores,

A Academia Claret conquistou o título de Campeãs Nacionais de Ginástica Acrobática na categoria de Pares Femininos Sénior - 2.ª Divisão, um resultado que enche de orgulho a nossa freguesia e que merece o reconhecimento de toda a comunidade.

A dupla Maria Oliveira e Íris Teixeira, fruto de muito trabalho, dedicação e de um percurso construído com rigor e determinação, chegou ao mais alto patamar do desporto nacional na sua modalidade, colocando Pedroso no mapa da ginástica acrobática portuguesa e provando que o talento e o esforço da nossa terra chegam ao mais alto nível.

Assim, a bancada do PS na Assembleia de Freguesia de Pedroso saúda a Academia Claret, Maria Oliveira e Íris Teixeira, os seus treinadores e famílias por este título, que é motivo de enorme orgulho para toda a comunidade pedrosense.

Pedroso, 30 de junho de 2026

Pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista,

_____

Se aprovado, remeter a:

- Academia Claret
- Maria Oliveira e família
- Íris Teixeira e família

Voto de Louvor

Senhor Presidente da Mesa e Senhoras Secretárias,
Senhor Presidente da Junta e Membros do Executivo,
Senhoras e Senhores Deputados,
Minhas senhoras e meus senhores,

O desporto é um dos mais poderosos instrumentos de formação humana. É através dele que os jovens aprendem a ganhar e a perder, a trabalhar em equipa e a superar desafios. Os Jogos Juvenis de Vila Nova de Gaia, na sua 40.ª edição, são prova disso, uma iniciativa que ano após ano dá palco ao talento e ao esforço dos jovens do concelho.

Os atletas de Pedroso responderam com distinção. Em oito modalidades: Atletismo, Ginástica, Natação, Ténis de Mesa, Badminton, Basquetebol, Dança e Voleibol, somaram 14 pódios: no Atletismo, 1.º lugar individual e 1.º lugar coletivo; na Ginástica, 1.º lugar individual e dois 2.º lugares coletivos; na Natação, dois 1.º lugares individuais e 3.º lugar coletivo; no Ténis de Mesa, 3.º lugar individual e 2.º lugar coletivo; no Badminton, Basquetebol e Dança, 2.º lugar coletivo; e no Voleibol, 3.º lugar coletivo. A estes resultados somam-se dois Prémios Fair Play, uma distinção que vai além do resultado desportivo e que diz muito sobre o carácter destes jovens.

Posto isto, a bancada do PS na Assembleia de Freguesia de Pedroso saúda os jovens atletas, as suas famílias, os treinadores, reconhecendo em cada um deles parte do mérito destes resultados, deixando uma palavra especial a João Carlos Cardoso, cujo empenho e visão têm sido determinantes para o êxito desta iniciativa.

Pedroso, 30 de junho de 2026

Pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista,

_____

Se aprovado, remeter a:

- Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia;
- Imprensa Local
- João Carlos Cardoso

PARTIDO SOCIALISTA
PEDROSO

VOTO DE LOUVOR

Senhor Presidente da Mesa e Senhoras Secretárias,
Senhor Presidente da Junta e Membros do Executivo,
Senhoras e Senhores Deputados,
Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Há conquistas que ultrapassam o sucesso individual e se transformam num motivo de orgulho coletivo.

É esse o caso de João Coelho, treinador natural de Pedroso, que se sagrou Bicampeão Nacional de Voleibol ao serviço do Sporting Clube de Portugal, alcançando um dos mais importantes títulos da modalidade em Portugal.

Esta conquista é o reflexo de anos de dedicação, esforço e compromisso com o desporto. Um percurso que teve início como jogador no Colégio Internato dos Carvalhos (CIC), onde desenvolveu as suas capacidades e conquistou os primeiros títulos nacionais nos escalões de formação.

O percurso de João Coelho demonstra a importância do trabalho realizado pelos clubes da nossa freguesia e prova que o talento local pode alcançar os mais elevados patamares do desporto nacional.

A sua trajetória constitui um exemplo inspirador para os jovens atletas da nossa terra e uma justa razão de orgulho para toda a comunidade.

Assim, a bancada do Partido Socialista propõe a aprovação de um Voto de Louvor a João Coelho pela conquista do Bicampeonato Nacional de Voleibol.

Pedroso, 30 de junho de 2026

Pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista,

_____

Se aprovado, remeter a:

- João Coelho;
- Colégio Internato dos Carvalhos (CIC);
- Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia;
- Imprensa local e regional.